

RCD no HABEAS CORPUS Nº 484.174 - RS (2018/0334450-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
REQUERENTE : CARLO VELHO MASI E OUTRO
ADVOGADO : CARLO VELHO MASI E OUTRO(S) - RS081412
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
PACIENTE : DOUGLAS MENDES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração ajuizado em favor de DOUGLAS MENDES DA SILVA contra decisão proferida às fls. 531/534, em que indeferi liminarmente o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, em razão da instrução deficiente dos autos – falta da cópia do acórdão impugnado (Recurso em Sentido Estrito n. 70079443842).

Na presente petição, a defesa pede a reconsideração da decisão que indeferiu liminarmente o *writ*, anexando aos autos a cópia dos documentos necessários à análise do feito.

É o relatório.

Decido.

Dada a instrução deficiente no momento da impetração, correta a decisão proferida que indeferiu liminarmente a ordem, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Entretanto, na petição de fls. 538/543, os requerentes fizeram juntar aos autos a documentação faltante, pelo que, em homenagem ao princípio da economia processual, reconsidero a decisão anterior e determino o prosseguimento do feito.

Quanto ao pedido liminar, não vislumbro a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos essenciais à concessão da medida urgente.

Ademais, o acolhimento do pedido, como formulado, implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise preliminar dos autos, e que deve ser oportunamente analisado pelo douto Colegiado, por se cuidar de antecipação de mérito.

Diante do exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

